

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2019.

TERMO DE FOMENTO MEDIANTE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAVRAS DO SUL.

O **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Coronel Meza, 373, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 88.201.298/0001-49, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor Sávio Johnston Prestes, brasileiro, portador da identidade nº 5014663991, CPF nº 302.378.310-15, e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAVRAS DO SUL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 05.837.714/0001-72, com sede na Rua João L. Bulcão, nº 546, Bairro Centro, nesta Cidade, neste ato representado, nos termos de seu Estatuto Social, pela sua Presidente Sra. Helen Doris de Souza Moraes Franco, portadora da identidade nº 8039256411, CPF nº 668.011.090-49, residente e domiciliada à Rua Barão do rio Branco, nº 815, Bairro Norte, CEP 97390-000, nesta Cidade, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo de Fomento em conformidade com a Lei 13.019/2014 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Fomento, decorrente de Inexigibilidade de Chamamento Público, com base no artigo 31 da Lei 13.019/14, tem por objeto o pleno atendimento de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas deficiências.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 - O presente Termo de Fomento possui o valor total de R\$ 17.445,14 (dezessete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos), que será dividido e repassado conforme cronograma/plano de aplicação constante do Plano e Trabalho, por depósito bancário, no último dia útil de cada mês, considerando como último mês de repasse o mês de dezembro de 2019, na Conta Corrente nº 6355-x, agência 0801-x, do Banco do Brasil, de titularidade da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lavras do Sul.

2.2 - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão a conta do orçamento:

FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social – Apoio à Entidades Sociais. Funcional Programático: 08.244.0202

Projeto/Atividade: 2.120. Dotação Orçamentária: 3.3.50.43.00.00.00.1147. Saldo Disponível: R\$ 31.905,78.

Secretaria de Assistência Social – Subvenções Sociais:			
Funcional Programática	Projeto/Atividade	Dotação Orçamentária	Saldo Disponível
08.244.0202	2.120	3.3.50.43.00.00.00.1147	R\$ 31.905,78

2.3 – Os repasses obedecerão o cronograma proposto no Plano de Trabalho, ao passo que no primeiro mês será repassada a integralidade dos valores referentes às consultas com médico neurologista e realização dos exames correlatos, conforme consta no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

3.1 - Integra este instrumento, o Plano de Trabalho aprovado, proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lavras do Sul, bem como toda documentação técnica que dele resultou.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - O **MUNICÍPIO** obriga-se a:

4.1.1 - Efetuar o repasse dos recursos em obediência ao plano de trabalho proposto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do projeto do termo de fomento, até o último dia útil de cada mês, considerando como último mês de repasse o mês de dezembro de 2019.

4.1.2 - Realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas "*in loco*", para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto com análise e manifestação conclusiva das prestações de contas mensais, bem como da prestação de contas final.

4.1.3 – Disponibilizar via Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde os profissionais solicitados pela OSC no Plano de Trabalho, quais sejam motorista para veículo adaptado de transporte de passageiros, educadora especial e assistente social, bem como o veículo adaptado de transporte de passageiros, conforme necessidade.

4.1.3.1 – Disponibilizar, ainda, via Secretaria Municipal de Educação o fornecimento de material de expediente e de consumo para ser utilizado nas atividades da APAE, conforme necessidade/disponibilidade.

4.2 –A **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAVRAS DO SUL** obriga-se a:

4.2.1- Manter funcionários e/ou estagiários em número suficiente para o cumprimento dos serviços objeto deste termo;

4.2.2 - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

4.2.3 - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, comercial, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, eximindo o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;

4.2.4 - Informar alterações de endereço e demais dados da entidade e de seus dirigentes;

4.2.5 - Manter escrituração contábil regular;

4.2.6 – Apresentar prestação de contas, no prazo de **30 (trinta)** dias, após cada **repasso mensal** à Comissão de Monitoramento e Avaliação, bem como apresentar **prestação de contas final**, no prazo de **30 (trinta)** dias;

4.2.7 - Devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros porventura remanescentes, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias em ocasião da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública Municipal;

4.2.8 - Ressarcir o MUNICÍPIO dos recursos recebidos através desta parceria, quando se verificar sua inadequada utilização;

4.2.9 - Dar livre acesso aos servidores dos órgãos ou da entidade pública repassadora dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente ao processamento, aos documentos e às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Termo, bem como aos locais de execução do objeto;

4.2.10 - Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações sobre a presente parceria;

4.2.11 - Encaminhar à Comissão de Monitoramento e Avaliação nomeada por Portaria, no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da finalização do repasse final, o processo de prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

5.1 - É vedado à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lavras do Sul, sob pena de rescisão:

I – utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 - A prestação de contas dos recursos financeiros será elaborada de acordo com as normas de contabilidade e auditoria utilizadas usualmente.

6.2 - A prestação de contas, tanto amensal quanto a final dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à Comissão de monitoramento e avaliação até o prazo máximo de **30 (trinta) dias**, sendo que a não apresentação das mesmas, neste prazo, implicará na rejeição sumária da prestação de contas, ficando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lavras do Sul sujeita às penalidades previstas em Lei. A prestação de contas deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e estar acompanhada dos seguintes documentos:

I – Capa;

II – Ofício de encaminhamento da prestação de contas, dirigido à Comissão de avaliação e monitoramento, assinado pela Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

III – Plano de Trabalho e aplicação dos recursos recebidos;

IV – Relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;

b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas, ou os respectivos recibos de pagamento;

c) comprovante da devolução do saldo remanescente, porventura existente, ao MUNICÍPIO.

V - Relatório de execução do objeto, assinado pelo representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do plano de trabalho, com material comprobatório;

6.3 – Os documentos fiscais deverão conter as seguintes informações:

I – Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;

II – Nome e endereço da Entidade;

III – Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;

IV – Valores unitários e totais por mercadoria ou serviço, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;

V – A entidade deve comprovar que os produtos adquiridos ou os serviços prestados estão conforme as especificações neles consignados.

6.4 – A Comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar documentos complementares a fim de elucidar o elemento das despesas;

6.5 – Comprovação da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver;

6.6 – Somente será dado como aprovado o processo de prestação de contas que, após análise da Comissão de Monitoramento e Avaliação, forem atendidas as solicitações que por eventualidade venham a ser solicitadas e de acordo com as legislações competentes.

6.7 – Após análise pela Comissão de Monitoramento e Avaliação da prestação de contas apresentada, esta deverá emitir relatório técnico quanto sua aceitabilidade, devendo encaminhar, posteriormente, ao gestor da parceria para aprovação.

6.8 – O gestor poderá solicitar documentos complementares que julgar necessários à apreciação da prestação de contas;

6.9 – O gestor, após apreciação do relatório, encaminhará a prestação de contas ao controle interno e ao Chefe do Executivo para decisão final;

6.10 – A ausência de prestação de contas ou quaisquer irregularidades na aplicação dos recursos sujeita a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais ao ressarcimento integral de valores repassados, sem prejuízo da instauração de expedientes na esfera cível e penal, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 – Poderá haver rescisão do presente Termo de Fomento em decorrência de superveniência de normas legais ou eventos que torne material ou formalmente inexequível o objeto da parceria, por mútuo consenso das partes, a qualquer momento.

7.2 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer tempo, pelo MUNICÍPIO, manifestada por escrito, quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros e independente de procedimentos judiciais, respeitado o direito de defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 – Este Termo de Fomento terá vigência a partir da publicação deste instrumento até o dia 01 de fevereiro de 2020, para fins de análise da prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

9.1 – Cabe à Comissão de Monitoramento e Avaliação decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder a fiscalização das instalações e documentos relativos à execução da presente parceria e fiscalizar o regular cumprimento do exposto no Plano de Trabalho, a qualquer tempo.

9.2 – O presente Termo terá como Gestora responsável a Secretária Municipal de Assistência Social Cláudia Lopes Garcia, a qual terá as seguintes incumbências:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II – Informar o superior hierárquico, se houver, sobre os fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades da prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

III –Disponibilizar estrutura (materiais e equipamentos) para as atividades de monitoramento e avaliação;

IV – Emitir Parecer conclusivo de análise das contas, fundamentado no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei 13.019/14 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lavras do Sul as seguintes sanções:

I – Advertência: a sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lavras do Sul no âmbito da parceria que não justifique a aplicação de penalidade mais grave;

II – Suspensão temporária: a sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto e os danos que dela provieram para a presente parceria;

10.1.1 - A suspensão temporária impede a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lavras do Sul de participar de Chamamento Público e celebrar parcerias ou contratos com o MUNICÍPIO por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.2 – As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas sem prejuízo de instauração de expedientes nas esferas cível e penal, se for o caso.

10.3 – Para aplicação de qualquer sanção prevista neste instrumento ou em Lei, fica resguardado o direito à ampla defesa e contraditório, bem como será processado em respeito ao princípio do devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos em face das presentes Cláusulas serão resolvidos administrativamente entre as partes, à luz da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Fica eleito e convencionado pelas partes o Foro da Comarca de Lavras do Sul para dirimir eventuais litígios decorrentes da execução da presente parceria, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordadas as partes, assinam esta Parceria em 03 (três) vias de igual teor e forma para o mesmo efeito legal.

Lavras do Sul, 22 de julho de 2019.

SÁVIO JOHNSTON PRESTES
Prefeito Municipal

HELEN DORIS DE SOUZA MORAES FRANCO
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lavras do Sul

TESTEMUNHAS:

1 _____

RG: _____

2 _____

RG: _____